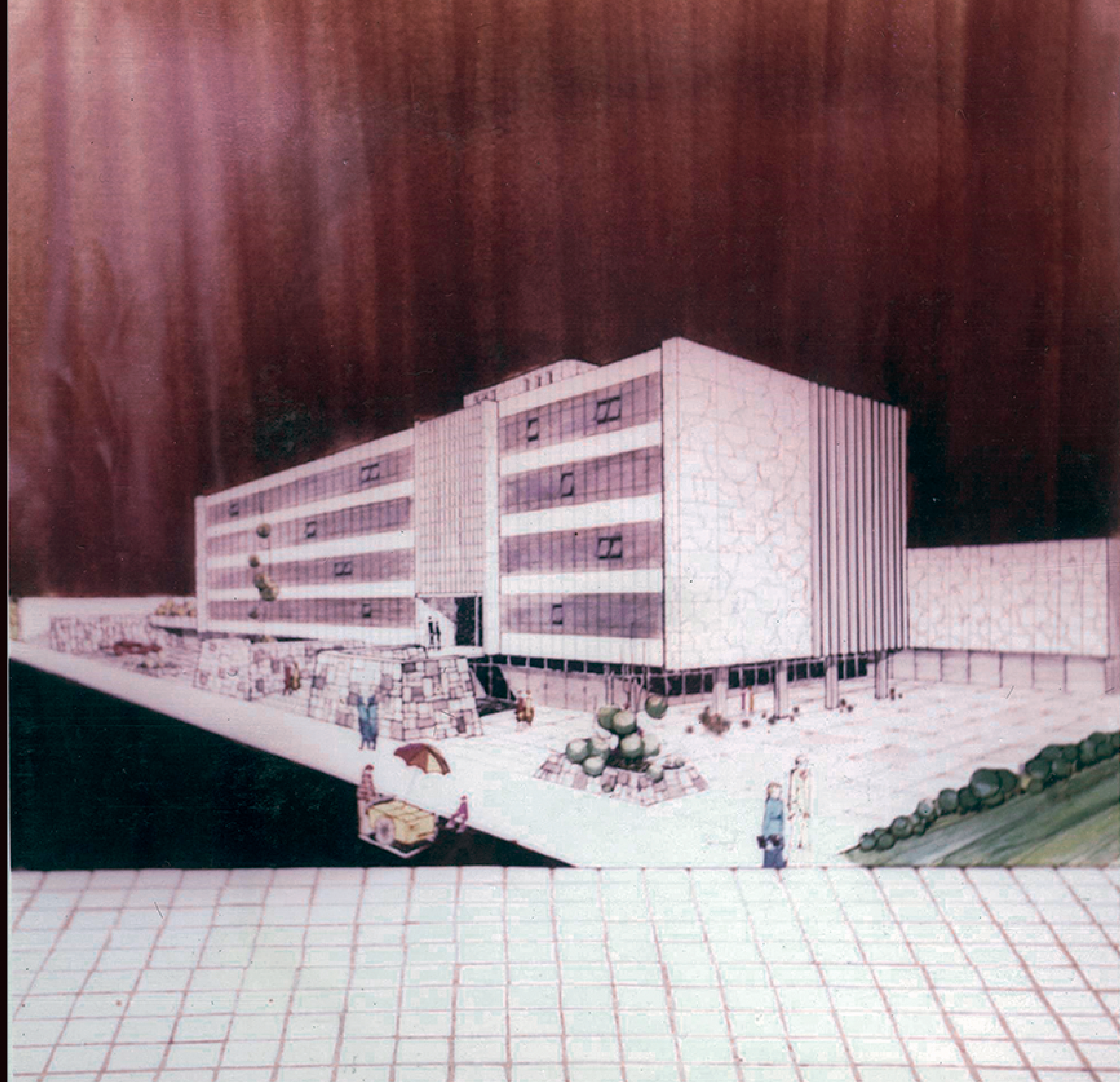


Palácio Edmundo Lins

50 Anos de História



Projeto inicial do Palácio Edmundo Lins, primeira sede própria do TRE-MG, aprovado pela Comissão Construtora em 1967. Ao longo dos trabalhos de prospecção, preparação do terreno o projeto foi sofrendo alterações até chegar ao seu formato final.



O Desembargador Lahyre Santos (à direita), Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, cumprimenta o Engenheiro Aluizio Klein Dutra, servidor da Justiça Eleitoral mineira e presidente da Comissão Construtora da primeira sede própria do TRE-MG.

O Palácio Edmundo Lins foi uma das primeiras construções modernas do Bairro Cidade Jardim e “nasceu” praticamente junto com a Avenida Prudente de Moraes, na década de 1960.

Naquela época, o TRE-MG funcionava em um imóvel cedido pelo Governo do Estado, na Avenida Augusto de Lima. Era o antigo Ginásio Mineiro, onde atualmente se encontra o Fórum Lafayette, e os ainda poucos servidores aguardavam com ansiedade pelo fim de uma negociação, iniciada em 1960, entre Governo Federal, Governo do Estado e Prefeitura de Belo Horizonte pela doação de um terreno para a construção do que seria a primeira sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.



Autoridades municipais visitam as obras da Avenida Prudente de Moraes e encerramento da canalização do Córrego do Leitão. Ao fundo, a futura sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O Palácio Edmundo Lins foi o primeiro imóvel institucional da nova avenida e um dos primeiros edifícios da Cidade Jardim. A foto é de 1971.



Engenheiros e técnicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte vistoriam as obras de canalização e fechamento do Córrego do Leitão na então chamada Zona Suburbana (fora do perímetro da Avenida do Contorno) para a abertura da Avenida Prudente de Moraes, em 1970. O edifício que iria abrigar a primeira sede própria do TRE mineiro encontrava-se em fase de acabamento.

A demanda começou a ser resolvida em novembro de 1964, a partir da doação, pela Prefeitura de Belo Horizonte, de quatro lotes no quarteirão número 1 da Cidade Jardim, por meio da Lei Municipal 1.154/64, sancionada pelo então prefeito Jorge Carone Filho. No âmbito do TRE-MG, o Processo nº 16.306, de 1965, oficializou o início dos trabalhos para a construção da nova sede.

Finalmente, em 27 de outubro de 1966, o então Presidente da República, General Castelo Branco, autorizou, por meio do Decreto 59.435/66, o Serviço de Patrimônio da União a receber, em doação, os terrenos destinados à construção da sede do Tribunal, doação ratificada pelo TRE mineiro na Resolução 254/1964.

No início, houve polêmica em torno da construção da sede própria. O terreno era pantanoso, o que geraria dificuldades e aumentaria o custo das obras.

No entanto, o parecer dos engenheiros Aluísio Klein Dutra e Ary Andrade, e dos arquitetos Osvaldo Neri, Shakespeare Gomes e Francisco Espírito Santo abriu caminho para se erguer, no local, um “prédio de características monumentais, condizente com a dignidade da Justiça Eleitoral” (Processo 16.306/1965).

Assim, o edifício, que inicialmente seria construído com apenas três andares – em razão da umidade do terreno – acabou sendo projetado com quatro andares.



Servidores na Seção de Arquivo de Processos no Palácio Edmundo Lins, primeira sede própria do TRE-MG, em 1972.



Servidores trabalhando em um ambiente funcional característico da recém-inaugurada sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em 1972.



Mobiliário característico da década de 1970 em um dos ambientes de trabalho da recém-inaugurada sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em 1972.



Sala de Reuniões da Presidência com mobiliário característico da Década de 1970 na recém-inaugurada sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em 1972.



Durante a Sessão inaugural da primeira sede própria do TRE-MG, a partir da direita, os Juízes José Norberto Vaz de Melo, José Pereira de Paiva e José Fernandes Filho. Ao centro, o Secretário da Sessão, em 1972.

Formou-se uma Comissão de Construção composta por servidores do Tribunal, equipe que, sem direito a horas-extras, atuando dentro do horário de trabalho, atuou incansavelmente em todas as etapas da construção.

A Comissão, presidida por Aluísio Klein Dutra (engenheiro) e integrada por Félix Geraldo dos Santos Nunes Lima (engenheiro e arquiteto); Raul Motta Moreira, Luciano Müller Ferreira da Silva; Mário Áttila Barbosa; Alberto Pardini e Paulo Eduardo de Mello, apresentou o projeto da nova sede em fevereiro de 1967, após um ano de estudos técnicos quanto ao terreno e à viabilidade e custeio da obra.

Istvan Farkasvolgyi foi o arquiteto contratado para a elaboração inicial do projeto e levantamento topográfico do terreno. A Construtora Ápia Ltda. foi contratada e as obras começaram em junho daquele mesmo ano.

A construção do Edifício “Palácio Edmundo Lins” recebeu uma verba de NCR\$ 320.000.000,00 (Trezentos e vinte milhões de Cruzeiros Novos) e foi realizada de março de 1967 a janeiro de 1970.



Durante a Sessão inaugural da primeira sede própria do TRE-MG, a partir da esquerda, o Juiz Lincoln Rocha, o Desembargador Hélio Costa (Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral), o Procurador Regional Eleitoral Antônio Amaro Filho e o Desembargador Lahyre Santos, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em 1972.

A transferência dos diversos setores do Tribunal aconteceu entre 1970 e 1971, com os servidores chegando aos poucos em meio às últimas obras e ainda com a finalização das obras de canalização do Córrego do Leitão e pavimentação da Avenida Prudente de Moraes.

Ainda havia alguma desconfiança dos novos “moradores” em relação à segurança do edifício e alguns chegavam a afirmar que o prédio “balançava”, devido ao excesso de água no subsolo. A preocupação aumentou quando resolveu-se instalar os imensos e pesados arquivos de aço do Fichário Geral no quarto andar.

Várias injeções de concreto nas colunas que alicerçam o edifício e a implantação de uma bomba de sucção, funcionando 24 horas por dia ajudaram a driblar o excesso de umidade no subsolo. Com o tempo e o progresso urbano, esse problema foi sendo reduzido.



Autoridades estaduais e municipais, magistrados, promotores, servidores e convidados acompanham, no *hall* principal, a cerimônia de hasteamento das bandeiras do Brasil e de Minas Gerais, da qual participam o Governador Rondon Pacheco (Bandeira do Brasil) e o Presidente do TRE-MG, Desembargador Lahyre Santos (Bandeira de Minas Gerais), em junho/1972.



Autoridades e convidados na solenidade de inauguração da primeira sede própria do TRE-MG. Junho/1972.



Na primeira fila, o Governador de Minas Rondon Pacheco; o Jurista e ex-Procurador Regional Eleitoral Jair Lins, filho do Ministro Edmundo Lins e fundador da Ordem dos Advogados do Brasil; o Desembargador-Presidente do TRE mineiro Lahyre Santos e sua esposa, Dona Ana Luzia Santos. Junho/1972.



O Desembargador Lahyre Santos, Presidente do TRE-MG, hasteia a Bandeira de Minas Gerais. À sua esquerda, o advogado Raimundo Cândido. Junho/1972.

A inauguração da primeira sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais aconteceu no dia 20 de junho de 1972 com grande solenidade.

No dia seguinte, a Sessão inaugural do Tribunal, presidida pelo Desembargador Lahyre Santos, contou com as presenças do Desembargador Hélio Costa, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e dos juízes Lincoln Rocha, José Fernandes Filho, José Pereira de Paiva e José Norberto Vaz de Melo.

Esteve presente o Procurador Regional Eleitoral Antônio Amaro Filho. Também participaram dessa primeira Sessão da Corte Oscar Lobo Pereira, Delegado de Partido perante o TRE-MG, e Fernando Cimini de Faria e Sousa, Secretário da Sessão.

O também Juiz-membro do Tribunal Professor José Valle Ferreira, não pôde comparecer por problemas de saúde.



Desembargador Lahyre Santos e o Governador Rondon Pacheco descerrando a faixa de inauguração. Junho/1972.



O Governador do Estado Rondon Pacheco descerra a placa de inauguração da primeira sede própria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, na qual estão inscritos os nomes dos membros da Comissão Construtora do edifício. Junho/1972.



Governador Rondon Pacheco e o Des. Lahyre Santos percorrem as dependências da nova sede do TRE-MG. À esquerda da porta, o Diretor-geral Paulo Aguiar. Junho/1972.

Edmundo Pereira Lins
(13/12/1863 – 10/8/1944)

Nasceu na cidade do Serro, Província de Minas Gerais, em dezembro de 1863. Perdeu o pai quando tinha quatro anos de idade, e sua mãe, antes de completar 14. Muito pobre e sem família, seus estudos foram custeados por religiosos.

Estudou nos seminários de Diamantina e Ouro Preto, e na Academia de Direito de São Paulo. Filiou-se ao Partido Republicano Paulista em 1886 e, nessa época, alistou-se como eleitor.

Em 18 de novembro de 1889, recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Quando, em 1890, o Governo Provisório organizou a Justiça Federal, Edmundo Lins foi nomeado substituto de Juiz da Seção de Minas Gerais.

Com a criação da Comarca de Belo Horizonte - em 1898, foi nomeado Juiz de Direito por Bias Fortes. Exerceu esse cargo até 1903, quando tornou-se Desembargador da Relação do Estado de Minas, sendo alçado à Presidência daquele Órgão 1913.

Em agosto de 1917 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eleito Presidente do Tribunal em 1 de abril de 1931, foi reeleito em 1 de abril de 1934 e 2 de abril de 1937.





Reverendíssimo Dom João de Rezende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte durante a bênção à nova sede. Junho/1972.



Desembargador Lahyre Santos e a sua esposa, Dona Ana Luízia G. de Quadro Santos, recebem o Governador Rondon Pacheco. Junho/1972.



Governador Rondon Pacheco, Des. Lahyre Santos e sua esposa, Dona Ana Luzia, adentram o saguão principal da nova sede do TRE-MG. Junho/1972.

PALÁCIO EDMUNDO LINS – 50 ANOS DE HISTÓRIA

FICHA TÉCNICA

Seção de Memória Eleitoral/CGI/SGE

Pesquisa histórica: José Luís Cantanhêde e Suely Ribeiro de Oliveira

Textos: José Luís Cantanhêde e Berenice Sobral

Arte: Suely Ribeiro de Oliveira

Apoio Técnico: Soraya Bernardes

Agradecimentos a Célia Beatriz Dutra (filha de Aluísio Klein Dutra, Presidente da Comissão de Construção do Palácio Edmundo Lins).

Fotografias: Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais e Museu Abílio Barreto

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Presidente: Des. Marcos Lincoln dos Santos

Vice-Presidente e Corregedor: Des. Maurício Torres

Juiz Federal Guilherme Mendonça Doehler

Juiz de Direito Luiz Carlos Rezende e Santos

Juiz de Direito Marcelo Paulo Salgado

Juíza Patrícia Henriques Ribeiro

Juiz Marcelo Vaz Bueno

Procurador Regional Eleitoral – Dr. Eduardo Morato Fonseca